



LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiaib.com.br

Louveira

Após muita discussão na Câmara de Louveira, os vereadores aprovaram o reajuste mínimo de 1% nos vencimentos dos servidores da Prefeitura, na última quinta-feira. Por conta do resultado, o Sindicato dos Servidores Públicos de Louveira organiza paralisação para os próximos dias. A documentação necessária à greve foi protocolada no fim da tarde de ontem.

Prefeitura argumenta

A alegação da Prefeitura de Louveira é que "o ajuste salarial deste ano foi dado, mesmo com a queda de arrecadação e contenção de despesas, inclusive, com pagamentos em dia mesmo diante da crise financeira nacional. Com base no ano de 2014, considerando a inflação do período, a cidade deixou de arrecadar até 2016, 25,10%". A Prefeitura ressalta que neste momento é necessário medidas de contenção.

BNDES

Na manhã de ontem, técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) estiveram reunidos com o gestor da Unidade de Governo e Finanças da Prefeitura de Jundiaí, José Antonio Parimoschi, revisando uma verba aprovada de R\$ 45 milhões para o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT). Em até 30 dias o projeto estará atualizado.

PMAT

O PMAT aprovado está inviável, pois o BNDES investirá R\$ 31,9 milhões, e a prefeitura teria de recursos próprios além de R\$ 2,5 milhões de contrapartida. Segundo Parimoschi, não há previsão orçamentária para os valores. "Vamos adequar os valores. São investimentos estruturantes importantes. A infovia, por exemplo, será revista e vamos incluir as plataformas digitais além de outros itens", explica.

Adriana Ancelmo

A Procuradoria Geral da República (PGR) pediu nesta sexta-feira (31) ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, volte para a cadeia. Por decisão do próprio STJ, Adriana foi autorizada na semana passada a cumprir prisão domiciliar na residência do casal, no Rio de Janeiro. O subprocurador-geral da República Rogério Paiva Navarro solicitou a revogação. (FP)

Protógenes

A Justiça Federal de São Paulo decretou a prisão do ex-delegado da Polícia Federal e ex-deputado federal Protógenes Queiroz. Ele foi condenado, em 2014, pelo STF por violação de sigilo funcional, ou seja, vazamento de informações para a imprensa sobre prisões do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta e do banqueiro Daniel Dantas, na época em que comandava as investigações da Operação Satiagraha.

► CANCELADO NA GESTÃO PASSADA

Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano tinha investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Perda de U\$ 53 milhões em 2013 compromete projetos

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiaib.com.br

Depois de anos em tratativas e missões para se conseguir a aprovação de financiamento de US\$ 53,350 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano de Jundiaí foi cancelado na gestão de Pedro Bigardi (PSD). Agora, a gestão de Luiz Fernando Machado (PSDB) retoma o trabalho para tentar reaver o recurso. O caminho será longo, pois investimentos internacionais, atualmente, estão com os avais suspensos pelo Tesouro Nacional. O político do PSD afirma que a contrapartida e a não aprovação de contas comprometeu o investimento, que iria realizar, entre outras obras, a macrodrenagem do Rio Jundiaí para evitar as enchentes no Jardim Tulipas.

Apesar de o prazo para o encaminhamento de certidões exigidas pelo BID ter sido ampliado, houve declínio do interesse no primeiro trimestre da gestão de Bigardi, em 2013. Segundo documentação que a reportagem do Jornal de Jundiaí teve acesso, a recomendação da Comissão de Financiamentos Externos da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão prorrogou o pra-



OBRS José Antonio Parimoschi afirma que o financiamento acabaria com as enchentes no Tulipas. "Temos de começar do zero"

zo de validade da indicação até 29 de outubro de 2013. No entanto, no dia 17 de janeiro de 2013 foi encaminhado pela administração de Jundiaí ofício explicando que "em decorrência da mudança de administração houve necessidade de reavaliação do programa".

No dia 8 de março, sete meses antes do término do prazo, foi informado ao órgão internacional que a administração havia declinado da contratação, por não ser possível entregar a docu-

mentação necessária para a aprovação, pois "as contas do exercício de 2011 ainda não estavam aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo".

Segundo o gestor da Unidade de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi, não havia motivos para a desistência. "As contas foram aprovadas em setembro, ou seja, um mês antes de o término no prazo. A desistência do contrato resultou em perda de trabalho de anos. A busca pelo dinheiro come-

çou em 2007. Foram necessários projetos completos e missões ao BID para a aprovação. O dinheiro estava aprovado para obras fundamentais de macrodrenagem e de mobilidade", lamenta.

Ainda de acordo com Parimoschi, os problemas de enchentes no Jardim das Tulipas estariam resolvidos se o Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano de Jundiaí tivesse sido colocado em prática. "O financiamento seria usado para a criação de parques lineares

ao longo do Rio Jundiaí e de áreas de espraçamento, dessa forma, as residências do bairro não seriam mais atingidas", relembra.

O ex-prefeito Pedro Bigardi apontou problemas para não dar continuidade ao empréstimo. "Atravessamos o ano sem certidão pela rejeição inicial das contas do Miguel (Haddad, prefeito que deixou o cargo em 2012) e quando foi liberada não havia prazo (um mês) suficiente para viabilização de projetos que não existiam e nem da contrapartida altíssima. Tínhamos acabado de conquistar R\$ 106 milhões do BRT", aponta.

Retomada

Segundo o gestor da Unidade de Governo e Finanças, existe uma comissão formada para analisar o programa tucano e a situação atual. Alguns dos itens foram parcialmente realizados, como a duplicação da ligação entre a JJ Rodrigues e a Odil Campos Saes. "Os financiamentos internacionais demoram anos para a concretização. Demandam aprovações do Tesouro Nacional. E, por conta da situação do País, os avais estão suspensos. Esperamos que em um ano, com a economia retomada, seja possível retomar o processo, mas o caminho será longo até conseguir reaver o crédito", lamenta.

► GOVERNO

Temer é aprovado por 10% e reprovado por 55%

A rejeição ao governo do presidente Michel Temer (PMDB) atingiu o maior valor desde o início da sua gestão, segundo pesquisa Ibope encomendada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e divulgada nesta sexta (31). Para 55% dos entrevistados, a gestão Temer é ruim ou péssima.

Essa parcela era de 39% em junho de 2016, um mês após ele assumir a Presidência, ainda de forma interina. Em dezembro, chegou ao patamar de 46%.

Atualmente, o governo é considerado bom ou ótimo por 10% dos entrevistados, percentual que era de 13% em dezembro. Para 31%, a gestão do peemedebista é regular e 4% não souberam avaliar o presidente ou não quiseram responder.

A pesquisa CNI/Ibope ainda aponta que, em junho do ano passado, 66% dos entrevistados não confiavam no presidente. No levantamento desta sexta, o percentual alcançou 79%.

O levantamento foi feito entre os dias 16 e 19 de mar-

ço, com 2.000 pessoas em 126 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

A rejeição à gestão Temer é maior no Nordeste, onde 67% dos entrevistados avaliam o governo como ruim ou péssimo, em seguida vem o Sudeste, onde 52% reprovam o presidente. A região Sul é a que melhor avalia o governo presidente, onde 48% consideram ruim ou péssimo e 17% bom ou ótimo.

O governo Temer tam-

bém é considerado pior que o governo Dilma Rousseff (PT) por 41% dos entrevistados, ante 34% que pensavam isso na pesquisa de dezembro. Para 38%, o governo é igual ao da ex-presidente e 18% consideram melhor.

De acordo com a pesquisa, 22% dos homens consideram o governo Temer melhor que a gestão Dilma, mas esse valor cai para 15% entre as mulheres.

Dilma

A rejeição ao governo Te-

mer, no entanto, não chega ao patamar que Dilma atingiu nos seus últimos meses. Em março do ano passado, às vésperas da abertura do processo de impeachment, a parcela da população que avaliava a gestão Dilma como ruim ou péssima era de 69%. Antes, em dezembro de 2015, chegou a 70%.

Mas, como Temer, o governo da petista era considerado bom ou ótimo por 10% da população. 80% dos entrevistados não confiavam na presidente. (FP)

► POLÊMICA

Governo federal sanciona com três vetos projeto da Câmara sobre a terceirização

A Secretaria de Imprensa da Presidência informou que o presidente Michel Temer sancionou nesta sexta-feira (31) com três vetos o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados que trata da terceirização.

A proposta, aprovada pelos deputados no último dia 22, permite a contratação de serviço terceirizado em qualquer tipo de atividade de uma empresa.

De acordo com a Presidência, a sanção da lei foi publicada nesta sexta em edição extra do "Diário Ofi-

cial da União".

Os vetos

Segundo a assessoria de Temer, o presidente vetou o parágrafo 3º do Artigo 10, que previa prazo de 270 dias de experiência. Nesse mesmo parágrafo, havia a previsão de o prazo ser alterado por acordo ou convenção coletiva. O que o presidente vetou foi a possibilidade de prorrogação do prazo.

Outro ponto vetado pelo presidente foram alíneas e parágrafos do Artigo 12. Esses pontos previam questões

já contempladas, segundo a assessoria do Planalto, no Artigo 7 da Constituição Federal. Por isso, esses itens foram considerados inócuos.

Por fim, outro trecho vetado foi o parágrafo único do Artigo 11, porque se tornou inócuo em razão dos vetos a trechos do Artigo 12.

Entenda abaixo os principais pontos do projeto aprovado pelo Congresso sobre a terceirização:

A terceirização poderá ser aplicada a qualquer atividade da empresa;

A empresa terceirizada se-

rá responsável por contratar, remunerar e dirigir os trabalhadores;

A empresa contratante deverá garantir segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores terceirizados;

Sobre o trabalho temporário: O tempo de duração do trabalho temporário passa de até 90 dias para até 180 dias, consecutivos ou não;

Após o término do contrato, o trabalhador temporário só poderá prestar novamente o mesmo tipo de serviço à empresa após esperar três meses.

Enviada ao Congresso pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1998, a proposta já havia sido aprovada pela Câmara e, ao passar pelo Senado, sofreu alterações. De volta à Câmara, o texto aguardava desde 2002 pela análise final dos deputados.

Em 2015, a Câmara aprovou um outro projeto, com o mesmo teor, durante a gestão do ex-presidente da Casa Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O texto foi enviado para análise do Senado, mas ainda não foi votado. (Das agências)